

## ***A CRISE É DO ESTADO BRASILEIRO\****

---

**ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Pádua Ribeiro reconhece problemas do Judiciário, aponta soluções e prega harmonia entre Poderes para solucioná-los

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, há um ano vem empreendendo mudanças estruturais importantes no âmbito do Conselho da Justiça Federal e do STJ, na busca de soluções para o aprimoramento da máquina judiciária brasileira, marcada por uma crise sem precedentes em sua história e com problemas estruturais graves, como a falta de juizes e a lentidão no exame dos processos. Ele reconhece que o Judiciário errou muito, inclusive pela omissão de seus próprios dirigentes até agora, mas adverte que não será com a desmoralização da Justiça que se conseguirá a sua modernização. Aos 58 anos e com mais de 20 anos na magistratura, o ministro reconhece a necessidade de uma reforma no Judiciário, defende medidas importantes para a modernização dos tribunais, como a criação de um órgão de controle e a adoção da súmula vinculante para uniformizar a jurisprudência em matéria de âmbito administrativo, tributário e previdenciário, mas reclama que o próprio Estado brasileiro precisa se adequar aos novos tempos. "Ninguém pode esperar uma solução para a crise do Judiciário sem que se resolva também a crise do Estado", afirma. Nesta entrevista, concedida no final de março, Pádua Ribeiro fala sobre a CPI do Judiciário, reformas constitucionais, extinção das Justças Militar e do Trabalho, entre outros assuntos.

**Mérito - Uma das duras críticas que se faz ao Judiciário como um todo é a questão da morosidade e da ineficiência da**

---

\* Entrevista concedida a Viriato Gaspar, Olimpio Cruz Neto e Deuza Lopes da Revista Mérito, em abril de 1999.

## **máquina judiciária. Tanto que o Congresso está retomando a reforma do Judiciário. Esta reforma é urgente?**

**Antônio de Pádua Ribeiro** - Sustento que a reforma deve ser feita paulatinamente, por etapas. Os temas são muito polêmicos: existem aqueles que ensejam um quase consenso, alguns em que há concordância total e outros muito controvertidos. Então, é preferível identificar aqueles temas que levam a uma convergência maior e, logo, aprová-los. Como se fez há pouco. Em março, o Senado aprovou, por unanimidade, em segunda votação, a emenda constitucional que cria os juizados especiais na Justiça Federal. Trata-se de uma medida, realmente, muito importante e, veja, foi objeto de emenda singular. Se esse texto da criação dos juizados especiais federais estivesse incluído num texto maior, englobando outras matérias, talvez até hoje estivesse paralisado. É por isso que a reforma deve ser feita por etapas. E mais. Essa reforma do Judiciário não se limita à alteração dos textos constitucionais. Exige alteração na legislação ordinária. Temos agido nesse sentido. No final do ano passado, por exemplo, o Congresso aprovou outra lei de iniciativa deste Tribunal, depois encampada pelos demais tribunais superiores, que facilita a tramitação dos processos, tornando-a mais rápida. Uma providência para tornar a Justiça menos lenta e mais eficiente. Trata-se da Lei 9.576, de dezembro passado, que teve por filosofia apressar o julgamento do mérito das causas. Nesse sentido, criou o recurso especial retido e o recurso extraordinário retido; deu poderes ao relator para dar provimento aos citados recursos, quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do tribunal; e estabeleceu a punição com multa para os casos de recursos protelatórios, condicionando a interposição de qualquer outro recurso ao seu prévio depósito.

### **- Apenas isso basta?**

- Essa tarefa de tornar a Justiça mais eficiente e menos morosa precisa estar em um contexto maior, do próprio Estado brasileiro.

Ora, o Judiciário é um poder do Estado e está sujeito, portanto, a todas as vicissitudes que ocorrem nele. Hoje, o que notamos é que o poder público está desorganizado. O Executivo tem feito um esforço muito grande para reestruturar-se, mas ainda há muito que fazer. Note-se: a Previdência Social acha-se desestruturada, os setores administrativos também, e isso gera muitas causas, numerosas causas ajuizadas pelos servidores públicos, pelos beneficiários da Previdência Social, de índole tributária ou econômica. Todas essas demandas decorrentes dos chamados pacotes econômicos deságuam no Poder Judiciário.

Ao mesmo tempo, a legislação tem mudado a todo instante e a toda hora. Uma legislação assim gera insegurança jurídica, e isso reflete num número grande de causas. O que tem ocorrido atualmente é que o poder público congestionava o Judiciário com um número grande de processos.

- **O Estado atrapalhando o próprio Estado...**

- Exatamente. É o Estado criando problemas para o próprio Estado. Ninguém pode esperar uma solução para a denominada crise do Judiciário, sem que primeiro se resolva a crise do Estado. Mas isso não significa que devemos ficar de braços cruzados. Paralelamente, tem-se tomado uma série de providências, pelo menos isso tem sido feito no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Federal.

Temos procurado não cometer o pecado da omissão. Sabemos que muitos dos problemas hoje existentes no Judiciário derivam da omissão do próprio Poder, não podendo ser creditados aos outros. O Judiciário se omitiu, muitas vezes, no tocante à solução dos seus problemas. Na minha administração, o meu intuito é o de não ser condenado pelo pecado da omissão. Temos procurado agir, trabalhar em harmonia com os outros poderes, sempre sob a fiscalização da sociedade, visando ao interesse público.

- **O senhor disse que já existe consenso em algumas propostas em relação à reforma. O senhor poderia citar algumas?**

- Há matérias que têm consenso, ou quase consenso.

Houve um consenso, por exemplo, em relação aos juizados especiais federais. Já existe também com relação à súmula com efeito vinculante, embora, no início, tenha provocado uma reação maior. Só que, hoje, essa reação já está muito mais reduzida. Creio, também, que, com relação à reforma do Judiciário, é necessária uma definição melhor dos limites da competência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

O STF, segundo o que pretendeu o legislador constituinte, foi erigido em Corte Constitucional, mas há certas matérias, ainda, de índole infraconstitucional que são encaminhadas para lá. Penso que isso também deve ser objeto de um ajuste. Com relação a essa questão, há até muitos pontos de concordância entre o próprio STF e o STJ. Todos aqueles em que houver essa concordância, de logo, poderão ser implementados pela reforma constitucional. Uma dessas providências, aliás, refere-se ao habeas corpus contra ato de tribunais. Essa emenda, que foi aprovada junto com aquela que criou os juizados especiais, adstringiu a competência do Supremo era matéria de habeas corpus a ato de tribunais superiores e não a ato dos outros tribunais.

- **O senhor é a favor da súmula vinculante?**

- Com ressalvas. Acredito que não se pode conceber a súmula vinculante em matéria de Direito Civil ou Direito Penal, mas naquelas causas com decisões tomadas reiteradas vezes, por exemplo, em relação à Previdência Social, a questões de Direito Administrativo e de Direito Tributário. Penso que a súmula vinculante deve ser adotada, mas sempre com relação àquelas que costumo chamar de "causas de safra", que são casos repetitivos, iguais, nos quais a petição inicial é uma xerox. É

importante que essa súmula vinculante seja criada, porque o Judiciário não deve ser visto como um órgão que simplesmente sorteia uma solução para a causa. Por exemplo, se dois vizinhos ajuízam uma causa idêntica e se essa causa for decidida, em última análise, em se tratando de matéria infraconstitucional, pelo STJ, o que acontecerá se não houver a súmula vinculante? Um deles poderá perder o prazo para recurso. Um ganhará a causa e o outro a perderá, embora tenha o direito subjetivo, tranqüilo, porque, hipoteticamente, o advogado deixou de recorrer no prazo previsto em lei. Creio que a súmula vinculante terá o condão de evitar esses distúrbios processuais, que são de índole formal e que atingem a essência do Direito, prejudicando em muito as partes.

- **A súmula vinculante vai desafogar a Justiça?**

- Creio que essa medida há de ser tomada, mas é importante chamar a atenção para o fato de que, muitas vezes, acredita-se que o problema do Judiciário será solucionado por meio de algumas medidas muito divulgadas, que seriam a panacéia para corrigir todos os males do Judiciário. Uma delas é a súmula vinculante. - Pode ser a solução para a lentidão? - Na verdade, ela vai contribuir para tornar o Judiciário mais eficiente e menos moroso, mas é apenas uma das providências, que por si só é totalmente insuficiente. Ela há de ser tomada, mas dentro do contexto de outras medidas que aqui citei, como as alterações do texto constitucional e da legislação ordinária.

- **É necessária uma mudança no caminho processual?**

- O nosso processo não é compatível com a vida moderna.

Ele terá que ser alterado em termos de conceitos, em termos de princípios. Para que tudo isso dê certo, é necessária e fundamental uma mudança de mentalidade e de criatividade. Sem essa mudança, é claro que não iremos, de forma alguma, reformar o Poder Judiciário, e muito menos o Estado brasileiro. O mundo mudou muito nesses últimos 30 anos. Foi

uma mudança muito veloz, e ninguém tem mais paciência para esperar por muito tempo uma decisão de seu interesse submetida ao Poder Judiciário.

E essa questão é muito importante, porque o que está em jogo é a credibilidade do Estado, do Judiciário. A matéria se coloca da seguinte maneira: o Estado chamou a si a tarefa de solucionar os litígios que ocorrem na sociedade, já que ele veda que se faça Justiça com as próprias mãos, porque isso é crime.

- **O que tem que ser feito?**

- A Justiça tem de atuar de forma que aqueles que estão a depender do Estado tenham uma solução satisfatória em tempo hábil, porque uma demora muito longa gera impunidade e falta de credibilidade. Os direitos violados devem ser reparados em tempo razoável. Não é possível que alguém passe o resto de sua vida desejando ver reparada a violação aos seus direitos - e muitas vezes transmite esse desejo aos seus herdeiros. Isso deve ser evitado. A Justiça que demora é intrinsecamente injusta. O Estado que não presta Justiça em tempo hábil é intrinsecamente injusto e desigual.

- **Ocorre que um tribunal toma uma decisão hoje, e o advogado, para não cumprir essa decisão, recorre seguidas vezes. Não tem como limitar - sem cometer injustiça - essa possibilidade?**

- Isso é realmente um absurdo. É preciso estabelecer critérios mais rigorosos em tema recursal. No Brasil, por exemplo, há o que se chama de recorribilidade das interlocutórias'. Que isso significa? Todas as decisões proferidas no curso do processo são recorríveis, o que gera um leque processual. O processo durante o seu curso enseja decisões que podem ir ao STF. Em matéria constitucional, e ao STJ, em matéria infraconstitucional. Ora, um autor de um pedido, quando entra no Judiciário, quer que lhe seja concedida, vamos supor, uma indenização. Cabe ao Judiciário dizer se concede ou se nega o pretendido. As outras

decisões processuais não interessam àquele que propõe a ação. O que lhe interessa é o resultado final. E, no Brasil, nunca se chega a esse resultado final em razão do processo, que é, na verdade, um processo kafkiano.

- **Mas isso ocorre também quando o próprio Estado está envolvido. Quando se entra com uma ação contra a União, em que se pretende uma indenização, por exemplo, a União recorre seguidas vezes para adiar a decisão...**

- Esse é um problema realmente sério. O Judiciário muitas vezes é usado pelos próprios entes públicos para postergar o cumprimento das suas obrigações, o que traz repercussões sérias. Porque, no Estado brasileiro, cada poder se rege por um princípio: o Executivo, pelo princípio da legalidade, por tanto, pelo princípio da autoridade; o Legislativo, pelo princípio da liberdade; e o Judiciário, pelo princípio da Justiça. Ora, se o próprio Estado, através dos seus órgãos, descumpre, conscientemente, a lei, isso atinge o princípio da autoridade, o que é muito sério. O princípio da autoridade, que é encarnado, basicamente, pelo Executivo, é atingido. Essa prática de ilegalidade atinge, também, o Judiciário, gerando causas que o abarrotam de processos. É muito importante ter consciência disso. O Estado deve ser o primeiro interessado em cumprir, e cumprir bem, a lei. Mas o Executivo, por exemplo, sob esse prisma, quando há uma pletera legislativa, situa-se numa posição semelhante à do Judiciário. Porque quanto mais leis, mais difícil será cumpri-las, e quem cumpre lei não é só o Judiciário, mas, também, o Executivo.

- **Quando o STJ foi criado, uma de suas funções era desafogar o Supremo. O STF julgava, naquela época, 25 mil processos e o antigo TFR, 50 mil causas. Hoje, esses números são insignificantes. Por que isso ocorre?**

- A Constituição foi promulgada logo após um período de governo autoritário. E durante esse período, o Judiciário ficou engessado. Praticamente não se criavam varas, não se investia. Havia o chamado

fenômeno da demanda reprimida, quer dizer, não havia muita cidadania, a cidadania estava contida e o Judiciário era menos procurado. Com a nova ordem constitucional, o sentido de cidadania passou a ter uma expressividade maior. Passou-se a recorrer mais, a procurar mais o Poder Judiciário. O Judiciário assume uma dimensão maior exatamente na democracia. Quando a democracia floresce, o Judiciário assoma a sua verdadeira dimensão de órgão do Estado encarregado de tutelar a cidadania.

Isso não acontece quando ocorre o contrário: o recesso das liberdades públicas. Aí, o Judiciário encolhe, como também o Legislativo. Veja que a sorte do Judiciário é muito ligada à sorte do Legislativo. O Judiciário é um prolongamento do Legislativo. Se ele funciona mal, isso reflete no Judiciário. Ninguém jamais vai esperar um regime democrático com Legislativo e Judiciário aviltados. Hoje, vivemos uma crise, e me preocupa muito esse aspecto institucional. Creio que essa discussão entre os Poderes da República, em níveis muito emotivos, não conduz a nada de positivo para o país.

**- Pode não sair daí uma solução racional para o problema?**

- Exatamente. Penso que é do debate, da discussão, que vem a luz e as coisas se tornam mais claras. Evidentemente que as emoções devem ceder à razão. É exatamente sob o aspecto racional que os problemas devem ser equacionados, visando ao interesse público e ao benefício da sociedade brasileira. Temos que caminhar nessa direção.

Em meu discurso de posse, assinalei bem essa minha preocupação com a independência e a harmonia entre os poderes. Chamei a atenção porque se fala muito em independência e se pratica pouco a harmonia. O que eu queria era exatamente caminhar no sentido da aproximação entre os Poderes, visando ao interesse público, sempre sob a fiscalização da sociedade. Mas essa aproximação não poderia, como não



pode jamais, abdicar daquilo que cabe a cada um dos Três Poderes fazer. Isso é inegociável. O Judiciário não vai negociar com a Justiça, nem o Legislativo vai nos dar a função de legislar, nem o Executivo vai nos dar poderes do Estado que são da sua competência. Não se trata disso. Trata-se de certas medidas que são comuns, que só podem ser tomadas em conjunto. Por exemplo: como posso aprovar uma lei de interesse do Judiciário sem que seja previamente discutida, sem apresentar os argumentos ao Congresso da necessidade de aprovação daquela lei? Não se aprova uma lei se não for justificada a necessidade de sua aprovação. Isso é um aspecto importante. Da mesma maneira, muitas matérias, como matéria orçamentária, se não houver entendimentos com o governo, evidentemente que se tornará mais difícil aprová-la. Porque o Executivo tem maioria no Congresso e, além do mais, ele é o órgão que arrecada os recursos públicos. E, evidentemente, sem saber o total desses recursos, fica difícil apresentarmos as reivindicações do Judiciário. Se se arrecada menos, como poderemos aumentar o nosso orçamento? Mas, se a arrecadação é maior, é razoável também que o orçamento do Judiciário acompanhe essa evolução.

Sem um entendimento, sem conversações, sempre sob a fiscalização da sociedade - friso isso porque não se pode fazer nada de maneira escondida, sempre às claras, sempre de maneira transparente - deve haver uma conversação entre os Poderes do Estado visando ao interesse público. E chamo novamente a atenção para as discussões emotivas entre os ocupantes eventuais de funções públicas, porque não são muito boas para o país.

**— Como o senhor vê a criação de uma CPI para investigar o Poder Judiciário?**

- Isso é uma questão que deixa até um pouco constrangido o Poder Judiciário. Evidentemente, ele há de ser transparente por excelência, como deve ser transparente qualquer poder público. Dizer-se

contra a CPI, nos termos em que a questão está posta pela mídia, dá a entender que o Judiciário estaria a esconder algum ato condenável. A questão há de ser vista sob outro ângulo. Tenho sustentado que a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser feita com observância da Constituição. Esse é o aspecto básico. E a Constituição diz que só pode ser criada uma CPI para apurar fato determinado e com tempo e prazo certos. Pois bem, regulamentando essa matéria, o Regimento Interno do Senado é expresso ao dizer que essas CPIs não podem ser criadas para apurar matérias relativas a atribuições do Poder Judiciário. É importante considerar que as CPIs só podem atuar nos limites das atribuições do Congresso Nacional, cabendo a este legislar sobre os temas previstos na Constituição, e fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, conforme o artigo 49, inciso X. Veja que o texto não fala em atos do Poder Judiciário. A fiscalização dos atos administrativos do Poder Judiciário só pode ser feita por meio do Tribunal de Contas da União, de acordo com o artigo 71, inciso IV, da Constituição. Não é permitido, pois, ao Congresso obrigar juizes a prestar depoimento em CPI. É nesse contexto que o tema deve ser examinado. É um tema, a meu ver, com reflexos constitucionais, porque a sua amplitude é matéria tipicamente constitucional e sobre isso deverá falar o STF, evidentemente, se provocado.

O que quero dizer, em termos práticos, é que essa CPI não vem em benefício do Estado brasileiro. Ao contrário. Os Três Poderes funcionam no sistema de vasos inter-comunicantes. Um não poderá melhorar a sua credibilidade em detrimento da credibilidade do outro. Quer dizer, o Executivo não será mais respeitado desrespeitando o Judiciário; o Legislativo não se tornará mais respeitado desrespeitando o Judiciário; e, jamais, o Judiciário melhorará o seu conceito sem respeitar os demais poderes. Então, deve haver um respeito recíproco, isso é que vem em benefício da sociedade. Sem que isso aconteça, evidentemente, todos serão prejudicados, todos perderão.

O que vejo no campo do capítulo das CPIs? Até hoje, na prática, poucas produziram grandes resultados. Essas comissões que se destinam a apurar in-frações de natureza grave com relação à malversação de direitos e recursos públicos e à má-gestão administrativa, têm-se mostrado totalmente ineficazes, gerando um denunciismo exacerbado, uma emoção muito grande, uma apuração muito superficial dos fatos e têm levado a nada. O máximo que elas podem fazer, afinal, é concluir que se devem apurar infrações e encaminhar as provas ao Ministério Público ou aquém de direito. Quando se trata de autoridade que está sujeita a foro especial, então, o inquérito não é feito pelo Ministério Público. Ou então sugerir a aprovação de lei de competência do Congresso.

Então, indago: será que vale a pena pagar esse preço tão elevado, quando os resultados, por melhores que sejam, são esses que a tradição nos tem mostrado e com conseqüências nefastas para o país? Creio que não. Uma comissão como essa, que se pretende destinada ao Poder Judiciário, coloca-o em situação bastante enfraquecida perante a opinião pública nacional e com reflexos internacionais. Que grande investidor se animará a investir em um país onde a Justiça está sendo escarnecida e colocada em xeque?

Quem dá, em última análise, segurança aos investimentos, sejam nacionais ou internacionais, é a Justiça. Ninguém irá investir grandes quantias confiando em eventuais governos. Quem dá segurança jurídica e tutela o direito dos cidadãos é o Poder Judiciário. Então, penso que uma comissão de inquérito traria todos esses reflexos, que são extremamente negativos. O ideal seria estabelecer um foro de debates no Congresso Nacional, que é o órgão próprio, 'para que todos pudessem ser ouvidos com amplitude e daí decorressem as providências mais aconselhadas, a serem objeto de uma agenda positiva.

- **Como o senhor vê o controle externo do Poder Judiciário?**

- Sou favorável ao controle do Poder Judiciário, mas essa questão do controle externo tem sido mal posta. O controle externo, nos países europeus, foi uma conquista e, no Brasil, será um retrocesso. Nos países europeus, o autogoverno da magistratura era exercitado pelos ministros da Justiça. Lá, eles conseguiram criar um órgão colegiado, como ocorre na Itália, onde a maioria é composta por juizes. Então, quem era dirigido por um ministro de Estado, passou a ser dirigido por um órgão colegiado. No Brasil, onde o Judiciário sempre exerceu o autogoverno da magistratura, seria conveniente ir para um estágio que os outros visam alcançar? O Poder que não tem condições de autogovernar-se, não tem condições de ser Poder, esse é que é o aspecto básico. Creio que precisamos aprimorar os controles do Judiciário. Sou favorável à criação de um Conselho Nacional da Magistratura, que seria um órgão pequeno, cuja existência já estimularia o aprimoramento dos controles existentes.

- **Esse órgão teria poderes para punir?**

- Sim. Impõem-se, porém, algumas alterações constitucionais. Hoje, é muito difícil que um juiz perca o cargo, ou seja punido. A Constituição não permite, na prática, que isso aconteça, com raras exceções. Em razão disso, há que se alterar o texto constitucional para permitir a punição de juizes por falta de decoro ou de trabalho. O juiz que praticar atos indecorosos que violentem a opinião pública, ou que sistematicamente não trabalhe, deve perder o cargo pela via administrativa, pelos órgãos normais existentes. Hoje, os tribunais decidem sobre isso, com muitas limitações constitucionais. Mas, se não o fizerem, no futuro o Conselho Nacional da Magistratura avocará o caso e decidirá. Posso dizer, pela prática, que nesses casos o simples pedido de informação, muitas vezes, já é suficiente para fazer o processo andar, para o juiz tomar a medida adequada. Se isso não resolver, tomam-se outras medidas mais drásticas.

- **O senhor acha que a implementação desse órgão de controle, no contexto da reforma judiciária, é importante?**

- Claro. Vai aprimorar o sistema de controle que existe. Existem numerosos controles atualmente, mas poucos conhecidos. Temos as corregedorias, os tribunais, além de uma série de medidas administrativas de controle judiciário, e o Tribunal de Contas da União.

- **A OAB tem propostas, embora conflitantes com esse modelo ao qual o senhor se referiu, como o número de pessoas que iriam compor esse órgão. O caminho, entretanto, está sendo apontado...**

- Sim. É necessário ter-se presente que esse órgão não pode ser grande, senão ficará um órgão pesado e gerará mais burocracia que resultados. Precisamos de um órgão enxuto. Por exemplo, hoje, punir um desembargador, um ministro é tarefa quase impossível. Um desembargador que não trabalha teria que ser punido e o tribunal poderia fazê-lo. Mas isso se torna difícil hoje, porque a Constituição não prevê a perda do cargo pela via administrativa por falta de trabalho, ela engessa essa possibilidade punitiva.

- **Quem integraria o órgão?**

- Isso precisa ser discutido. Acredito que deva ser integrado por ministros de tribunais superiores e por representantes da Justiça Federal e estadual, juizes de tribunais regionais, desembargadores e, quem sabe, até mesmo por representantes das instâncias inferiores, mas só membros do Poder Judiciário. Não tem sentido que o Judiciário use juizes para fiscalizar o Conselho Federal da OAB, nem o funcionamento do Ministério Público. Então, essas entidades não devem fiscalizar o Judiciário. A fiscalização do Judiciário, em termos jurisdicionais, é feita pelas partes e pelo Ministério Público.

- **Recentemente, os juizes federais fizeram um dia de paralisação em protesto.**

- Sou contra a greve de juizes. Quem exerce o poder não pode demitir-se do seu exercício. A greve é incompatível, a meu ver, com a função de membro do poder. Por isso mesmo, sou contra a realização de greve. Entendo que esse movimento compromete a credibilidade do Judiciário. O teto, todos as bem, pois é do conhecimento geral, é matéria que depende de lei de iniciativa do presidente da República e dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do STF.

Os juizes federais têm razão quanto às suas reivindicações salariais, pois hoje ganham mal, tendo em conta o nível de exigência do cargo, que é muito difícil de ser alcançado. Para ingressar na magistratura, um juiz participa de um concurso com grande grau de dificuldade, tanto que nem todas as vagas são preenchidas. Há sempre um número significativo de vagas. É um cargo democraticamente preenchido por meio de concurso público, e todos os brasileiros que preenchem os requisitos legais podem alcançar o cargo de juiz federal. Por isso, eles devem ser bem pagos. Assim como as empresas privadas remuneram bem aqueles cargos de maior relevo de acordo com seus interesses operacionais, o Estado deve, também, remunerar adequadamente aqueles seus agentes que exercem funções importantes. No ano passado, o Congresso aprovou uma lei de iniciativa do STJ e dos demais tribunais superiores, a Lei 9.655, que procurou minorar a situação dos juizes federais. Essa lei tem um aspecto de alta relevância, pois congelou o salário dos juizes classistas.

- **Os gastos são altos com esses juizes?**

- Na verdade, constituem um ralo pelo qual são escoados recursos públicos significativos. Para se ter uma idéia, a folha de pagamento dos juizes classistas consome dois terços das despesas relativas a toda a Justiça da União. Em cada Junta de Conciliação e Julgamento, há dois juizes classistas e um juiz togado. Há muito tempo,

vimos trabalhando, tendo em conta esse interesse público. A lei congelou o salário dos juizes classistas e, ao mesmo tempo, estabeleceu um percentual remuneratório aos juizes a partir do Supremo, que é de 100%, o do STJ, de 95%, conforme a Constituição, com um diferencial de 10%, com relação aos demais juizes. Estabeleceu-se um patamar de pagamento, até que viesse a lei do teto, de R\$10.800, mas houve impugnação dessa matéria, questionada junto ao STF, que suspendeu a execução da lei, aprovada pelo Congresso Nacional, com o apoio do Executivo. Os recursos financeiros para atender às despesas dela decorrentes já haviam sido negociados e deles já dispunha a Justiça, mas, em razão da decisão do Supremo, a sua implementação está sobrestada, isto é, está suspensa. O que se espera é que a lei do teto seja aprovada em prazo razoável.

**- O senhor é favorável à extinção da Justiça do Trabalho?**

- Acredito que essas medidas drásticas nunca constituem boas soluções. Creio, como sempre disse, que a verdade está no meio termo. A Justiça do Trabalho - penso - deve ser aprimorada, porque é uma Justiça importante no país. Ela exerce uma função social muito significativa, protegendo os trabalhadores. Há sempre um desnível econômico entre o empregador e o empregado, e a legislação estabelece uma forma de compensar esse desequilíbrio existente. Se não há uma Justiça eficiente que possa reafirmar essas leis de índole social, essas leis de proteção ao trabalhador, o prejuízo para essa camada enorme de brasileiros será muito grande.

Penso que essa Justiça deve ser aprimorada. Sustento isso há muito tempo. Isso não é segredo. Sou a favor da extinção da figura dos juizes classistas. Essa é uma questão a ser examinada, assim como a existência em cada estado de um Tribunal Regional do Trabalho. O Congresso talvez pudesse agrupá-los de forma mais enxuta, como acontece na Justiça Federal.

- **Existe proposta semelhante para a Justiça Militar.**

- Eu sou contra a sua extinção. Penso que

poderia discutir-se a respeito de sua dimensão e da sua competência. Possivelmente, ela poderia ser enxuta, mas jamais extinta, porque o Exército, a Marinha e a Aeronáutica compõem-se de soldados, cuja atuação tem peculiaridades. Creio que a Justiça Militar deve ser mantida, embora possa até ser redimensionada.